

Salário do GDF será em URV

ISAAC AMORIM

A Câmara Legislativa aprovou, em sessão extraordinária de ontem, em primeiro e segundo turnos, e redação final a conversão dos salários do funcionalismo do GDF para a URV, com o pagamento de 5% de abono sobre os vencimentos de fevereiro. O projeto, de autoria do Executivo local, segue as regras estabelecidas para os servidores do governo, pelo plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso. O projeto precisa passar ainda pela sanção do governador Joaquim Roriz, e, depois da publicação da lei, a Secretaria de Fazenda e Planejamento espera operacionalizar as folhas de pagamento do abono num prazo de dez dias úteis.

A conversão para a URV fica valendo para os funcionários da administração direta, autárquica e fundacional do GDF, abrangendo 84 mil servidores ativos e inativos. O projeto foi enviado à Câmara Legislativa no último dia 10, com pedido de tramitação em regime de urgência, e, conforme explicou na época o secretário da Fazenda e Planejamento, Everardo Maciel, incorpora apenas alguns aspectos da Medida Provisória nº 434, que estabeleceu o novo indexador.

Segundo Everardo, foi necessário elaborar uma lei local, pois não ficou claro no plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso como aplicar a URV nos estados, municípios e Distrito Federal.

Para descobrir o valor do novo salário, os servidores deverão dividir o valor nominal vigente em cada um dos quatro meses anteriores à conversão pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia do mês de



Benício presidiu a sessão

março. Pelo que estabelece a lei, também serão convertidos em URV os demonstrativos de pagamento de salários em geral, soldos, vencimentos e benefícios previdenciários, efetuando-se a conversão para cruzeiros reais na data do crédito, ou da disponibilidade de recursos em favor dos servidores.

O fato de parte dos servidores do Distrito Federal ter remuneração fixada ou transferida pela União — como os funcionários da área de segurança pública, por exemplo — também influiu na decisão do GDF de enviar o projeto de lei à Câmara Legislativa. O outro motivo, segundo o secretário Everardo Maciel, é que “pela primeira vez os salários serão dolarizados”, e não haverá perdas na conversão.